

Baseado no formato de prova  
aplicado pela banca Cebraspe

CONCURSO PÚBLICO  
1º SIMULADO

## AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - TRIBUTAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SERGIPE

SIMULADO PREPARATÓRIO  
PARA CONCURSO PÚBLICO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes à prova preambular. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da sua prova.

### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL!



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

### **CÓDIGO:**

2509014844M

### **TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

### **NUMERAÇÃO:**

1º Simulado

### **NOME DO ÓRGÃO:**

Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe  
SEFAZ SE

### **CARGO:**

Especialidade 3  
Auditor Fiscal Tributário - Tributação

### **MODELO/BANCA:**

Cebraspe

### **EDITAL:**

Pós-edital

### **DATA DE APLICAÇÃO:**

9/2025

### **ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

9/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

# SEFAZ SE – 1º SIMULADO – ESPECIALIDADE 3: AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO – TRIBUTAÇÃO (PÓS-EDITAL) CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa  
Fidelis Almeida

## Texto 1

O homem se orgulha da ampliação do seu conhecimento. Mas, como consequência de tudo que ele criou, as limitações do seu conhecimento consciente e, portanto, o grau de ignorância subjacente a sua ação consciente também foram crescendo. Desde o despontar da ciência moderna, os grandes pensadores reconheceram que “o grau de ignorância aumentará com o avanço da ciência”. Infelizmente, o progresso científico deu origem ao conceito vulgar, aparentemente aceito por muitos cientistas, de que nossa ignorância diminui constantemente e de que, portanto, poderíamos controlar de maneira mais abrangente e deliberada todas as atividades humanas. É por este motivo que as pessoas intoxicadas pelo avanço do conhecimento tantas vezes se tornam inimigas da liberdade. Enquanto a evolução do conhecimento da natureza revela constantemente novas áreas, a crescente complexidade da civilização que este conhecimento nos permite edificar dificulta a compreensão intelectual do mundo que nos rodeia. Quanto mais os homens sabem, mais se reduz a parcela do conhecimento que qualquer indivíduo consegue absorver. Quanto mais civilizada a sociedade, tanto mais o indivíduo desconhece os elementos que sustentam o funcionamento de sua civilização. A própria divisão do conhecimento aumenta a ignorância do indivíduo.

*HAYEK, Friedrich A. Os fundamentos da liberdade. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (com adaptações)*

## Questão 1

No texto 1, a relação entre conhecimento, ignorância e liberdade permite entender que

- A o progresso científico amplia o saber, mas esse avanço torna o indivíduo dependente de estruturas que ele já não compreende plenamente, intensificando a alienação.
- B a ignorância individual tende a diminuir em sociedades menos complexas, pois nelas o saber é mais acessível e menos fragmentado.
- C a ampliação do conhecimento leva inevitavelmente à centralização do poder, justificando a necessidade de mecanismos autoritários para manter a ordem social.
- D a liberdade individual é garantida quando a ciência é reconhecida como ferramenta de controle racional sobre a totalidade da vida social.
- E a especialização do saber permite que os indivíduos participem ativamente da construção da civilização, mesmo que não compreendam seus fundamentos operacionais.

## Questão 2

No texto 1, as vírgulas imediatamente antes e depois da oração “aparentemente aceito por muitos cientistas” (quarto período) são empregadas para

- A marcar adjunto adverbial intercalado.
- B separar orações justapostas.
- C separar orações coordenadas assindéticas.
- D isolar oração de valor explicativo.
- E separar oração adverbial anteposta a oração principal.

**Questão 3**

Acerca de aspectos linguísticos do texto 1, julgue os itens a seguir.

- I – É obrigatório o emprego da próclise em “O homem se orgulha” (primeiro período).
- II – No quinto período, o vocábulo “que” retoma “motivo”.
- III – Estaria preservada a correção gramatical do texto caso o segmento “a sua ação consciente” (segundo período) fosse reescrito **à sua ação consciente**.
- IV – No quinto período, o vocábulo “tantas” pertence à classe dos adjetivos.
- V – Seria mantida a correção gramatical do texto caso o segmento “que qualquer indivíduo consegue absorver” (antepenúltimo período) fosse reescrito **de que qualquer indivíduo necessita**.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e II estão certos.
- B) Apenas os itens II e III estão certos.
- C) Apenas III e IV estão certos.
- D) Apenas os itens IV e V estão certos.
- E) Apenas os itens III e V estão certos.

**Texto 2**

O uso comum da palavra cultura em si traz pouco risco de mal-entendidos. Sabe-se mais ou menos o que se quer dizer com ela. Mas tente-se precisar o seu sentido e já então surgem dificuldades. Que é, em que consiste a cultura? Uma definição exaustiva do conteúdo dessa ideia seria quase impossível. Fácil seria, por outro lado, elencar algumas condições e características essenciais para que se configure o fenômeno da cultura.

Cultura requer, antes de tudo, certo equilíbrio entre valores espirituais e materiais. Tal equilíbrio permite o florescimento de uma configuração social que seja tida pelos homens como algo superior à mera satisfação de necessidades básicas ou da pura e simples vontade de poder. O termo *valores espirituais* inclui aqui as áreas da religião, do intelecto, da moral e da estética. Também entre tais áreas é preciso haver certo equilíbrio ou harmonia internos para que o conceito de cultura seja aplicável. Ao tratarmos de equilíbrio, em vez de excelência, temos o cuidado de considerar mesmo os estágios iniciais, inferiores ou precários de uma civilização também como cultura, sem incorrer numa preferência seja pelas civilizações mais adiantadas, seja por um fator cultural à parte – religião, arte, direito, poderio político etc. O estado de equilíbrio consiste sobretudo no fato de que os diferentes elementos culturais tenham cada um, em relação ao todo, uma função sumamente vital. Uma vez presente tal harmonia

de funções, a cultura se manifesta, em dada sociedade, como ordem, articulação coesa, estilo, ritmo de vida.

E a segunda característica básica da cultura é esta: toda cultura encerra uma aspiração. Cultura é um rumo, e este aponta sempre para um ideal, e para um ideal, de fato, maior do que o de qualquer indivíduo, para um ideal de comunidade. Esse ideal pode ser de várias espécies. Pode ser puramente espiritual: a beatitude, a proximidade de Deus, o desprendimento. Pode ser o conhecimento, de ordem lógica ou mística: o conhecimento do mundo natural, o conhecimento do eu e da mente, o conhecimento da divindade. O ideal pode ser também social: honra, prestígio, poder, grandeza, referindo-se à comunidade. Pode ainda ser de ordem econômica – riqueza, bem-estar – ou de ordem corporal – a saúde. O ideal, para os membros de uma cultura, significa sempre o bem maior: o bem da comunidade, o bem a ser alcançado aqui ou alhures, no tempo presente ou no futuro.

*HUIZINGA, Johan. Nas sombras do amanhã: um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo. Tradução e notas de Sérgio Marinho. Goiânia: Caminhos, 2017. (com adaptações)*

**Questão 4**

De acordo com o texto 2, a cultura se realiza quando

- A) os valores espirituais sustentam os materiais na formação de um ideal comum.
- B) há um propósito socialmente reconhecido que oriente a produção coletiva.
- C) os indivíduos compartilham um mesmo ideal e atuam conforme ele em sua vida cotidiana.
- D) a ordem civilizacional promove excelência em, pelo menos, uma das esferas da vida social.
- E) os diversos elementos de uma sociedade mantêm entre si uma função vital e harmônica.

**Questão 5**

No último período do primeiro parágrafo do texto 2, a oração “para que se configure o fenômeno da cultura”

- A) expressa circunstância de finalidade.
- B) explica o sentido do adjetivo “essenciais”.
- C) restringe o sentido de “características”.
- D) indica ideia de causa.
- E) complementa o sentido do adjetivo “essenciais”.

**Questão 6**

A organização do texto 2 e a forma como os conceitos são desenvolvidos indicam que

- A se trata de texto narrativo, pois há progressão temática encadeada por eventos que simulam um percurso temporal com início, meio e fim.
- B ele pode ser classificado como descritivo, já que apresenta o funcionamento interno da cultura e suas propriedades constitutivas.
- C predomina o tipo argumentativo, uma vez que o texto propõe uma tese sobre o que configura a cultura e a defende com encadeamento lógico de ideias.
- D ele é expositivo, pois apresenta informações sobre a cultura de forma objetiva, com definição, classificação e exemplificação.
- E o tipo injuntivo se manifesta, dado que o autor conduz o leitor a adotar implicitamente um modelo equilibrado de organização cultural.

**Questão 7**

Assinale a opção em que a função sintática do termo extraído do texto 2 é corretamente indicada.

- A “o fenômeno da cultura” (último período do primeiro parágrafo) – objeto direto
- B “como cultura” (quinto período do segundo parágrafo) – predicativo do sujeito
- C “de Deus” (terceiro período do terceiro parágrafo) – adjunto adnominal
- D “valores espirituais” (terceiro período do segundo parágrafo) – complemento nominal
- E “certo equilíbrio ou harmonia internos” (quarto período do segundo parágrafo) – sujeito

**Questão 8**

O termo “beatitude” (quarto período do terceiro parágrafo) refere-se a

- A um estado de felicidade plena.
- B uma condição de equilíbrio interior.
- C uma condição de harmonia entre corpo e espírito.
- D um sentimento de paz interior duradoura.
- E um ideal de perfeição moral.

**Conhecimentos sobre o  
Estado de Sergipe**  
Júlio Santos**Questão 9**

O estado de Sergipe, menor em extensão territorial do Brasil, apresenta uma diversidade de potencialidades econômicas. Nos últimos anos, debates sobre desenvolvimento regional têm destacado tanto os desafios da dependência de setores extrativos quanto as oportunidades de diversificação produtiva, sustentabilidade ambiental e integração logística com outros estados do Nordeste.

Identifique a alternativa que expressa corretamente uma das principais perspectivas para o desenvolvimento econômico e social de Sergipe.

- A A centralidade da exploração de petróleo e gás na economia sergipana confere dinamismo imediato às finanças públicas, assegurando relativa autonomia fiscal, o que reduz a urgência de políticas de diversificação produtiva em médio prazo.
- B A agricultura irrigada e a fruticultura no Vale do São Francisco constituem um eixo estratégico de desenvolvimento regional, mas sua sustentabilidade exige não apenas inovação tecnológica, como também integração logística, acesso a mercados externos e redução de assimetrias socioespaciais.
- C O turismo em Sergipe, embora disponha de atrativos litorâneos e culturais, tende a se configurar como atividade periférica, com reduzido impacto estrutural na economia, devido à forte concentração em sazonalidades e à limitada diversificação da oferta turística.
- D A industrialização sergipana, impulsionada por setores como mineração, alimentos e fertilizantes, apresenta certa relevância regional, mas não se traduz em homogeneidade territorial, já que persistem desigualdades econômicas e sociais marcantes no interior do estado.
- E A integração logística de Sergipe avança com a modernização de algumas rodovias e a presença do Porto de Sergipe, mas as deficiências em conexões ferroviárias e em corredores de exportação ainda limitam a plena competitividade do estado no cenário nacional.

**Questão 10**

O estado de Sergipe, situado em três das quatro subregiões nordestinas, apresenta formações vegetais que refletem tanto fatores naturais quanto pressões antrópicas. Tendo como base a temática sobre a vegetação de Sergipe, assinale a alternativa que melhor reflete a realidade ambiental do estado.

- Ⓐ A transição ecológica entre Mata Atlântica e Caatinga em Sergipe gera elevada diversidade ambiental, mas a fragmentação dos ecossistemas compromete a manutenção de espécies endêmicas e serviços ecossistêmicos.
- Ⓑ A vegetação sergipana é homogênea, composta majoritariamente por áreas de floresta tropical úmida, sem grandes variações regionais, o que favorece sua conservação em escala estadual.
- Ⓒ Os manguezais sergipanos ocupam áreas restritas e pouco significativas, sem papel de destaque na manutenção da biodiversidade ou na proteção dos ambientes costeiros.
- Ⓓ A vegetação de restinga em Sergipe encontra-se amplamente preservada, pois a pressão imobiliária e turística sobre a faixa litorânea foi historicamente baixa em comparação a outros estados do Nordeste.
- Ⓔ O avanço agropecuário no interior sergipano não exerce impacto significativo sobre a Caatinga, uma vez que esta apresenta alta resiliência natural e capacidade de regeneração plena sem necessidade de manejo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

**Noções de Raciocínio Lógico e Matemática Financeira**

Marcelo Leite

**Questão 11**

Um escrevente auditor está analisando 5 processos diferentes e precisa avaliar a seguinte proposição:

“O processo A está em conformidade e o processo B está em conformidade, ou o processo C está em conformidade e o processo D está em conformidade, e o processo E está em conformidade.”

Indique a quantidade de linhas na tabela-verdade para essa proposição.

- A 16 linhas
- B 32 linhas
- C 64 linhas
- D 128 linhas
- E 256 linhas

**Questão 12**

Um auditor está avaliando a seguinte afirmação:

“Se o estagiário realizar o relatório corretamente, então o auditor irá aprová-lo.”

A negação lógica correta dessa afirmação é:

- A O estagiário realizou o relatório corretamente e o auditor não o aprovou.
- B O estagiário não realizou o relatório corretamente e o auditor o aprovou.
- C O estagiário realizou o relatório corretamente ou o auditor não o aprovou.
- D O estagiário não realizou o relatório corretamente ou o auditor o aprovou.
- E O estagiário realizou o relatório corretamente e o auditor o aprovou.

**Questão 13**

Uma empresa tem 15 processos para serem analisados por 3 equipes diferentes. A equipe A precisa analisar 5 processos, a equipe B precisa analisar 4 processos e a equipe C precisa analisar 6 processos. O número de maneiras diferentes com que a empresa pode distribuir os processos entre as equipes é:

- A 3.003.
- B 6.300.630.
- C 300.300.
- D 630.630.
- E 3.003.003.

**Questão 14**

Uma Organização Não Governamental (ONG) recebeu uma doação de R\$ 100.000,00 para ser aplicada em um fundo de investimento que rende juros compostos à taxa de 8% ao ano, capitalizados trimestralmente. O auditor da ONG precisa calcular o valor futuro da aplicação após 5 anos, considerando que a taxa de juros permanecerá constante durante todo o período. O valor futuro da aplicação é:

Considere

$$1,02^{20} = 1,49$$

$$1,08^5 = 1,47$$

- A R\$ 147.000,00.
- B R\$ 149.000,00.
- C R\$ 150.934,19.
- D R\$ 152.084,22.
- E R\$ 153.291,87.

**Questão 15**

Um auditor está analisando os demonstrativos financeiros de uma empresa e precisa calcular a taxa de juros real de um investimento que rendeu uma taxa de juros aparente de 12% ao ano. A taxa de inflação no período foi de 4%. A taxa de juros real do investimento é:

- A 7,14%.
- B 6,67%.
- C 6,25%.
- D 7,69%.
- E 5,77%.

**AFO**  
Flávio Assis

**Questão 16**

Considerando as múltiplas funções do Estado na economia e a complexidade do orçamento público, analise a seguinte proposição: “A função alocativa do orçamento, em um contexto de falha de mercado, é exercida primordialmente através da regulação de preços e da criação de subsídios para bens públicos e semipúblicos. Em contrapartida, a função redistributiva é mais evidente na atuação direta do Estado em setores monopolistas naturais, visando a eficiência, enquanto a função estabilizadora se concentra na provisão de bens e serviços essenciais.”

Com base na teoria das finanças públicas, assinale a alternativa que apresenta a análise mais precisa e completa sobre a proposição.

- A** A proposição está integralmente correta, pois descreve de forma precisa a inter-relação entre as funções do orçamento e as formas de intervenção do Estado, com a função alocativa corrigindo falhas de mercado, a redistributiva agindo em monopólios e a estabilizadora provendo bens essenciais.
- B** A proposição está incorreta, pois inverte a atuação das funções alocativa e redistributiva. A função redistributiva é que age em falhas de mercado e na criação de subsídios, enquanto a alocativa se concentra em reduzir a desigualdade através da provisão direta de bens e serviços.
- C** A proposição é parcialmente correta ao associar a função alocativa a falhas de mercado, mas erra ao descrever os mecanismos. Além disso, a função redistributiva está incorretamente vinculada à regulação de monopólios, que é uma ação de eficiência, e não de equidade.
- D** A proposição está completamente incorreta. A função alocativa refere-se à intervenção em falhas de mercado, mas não apenas via subsídios. A função estabilizadora atua no combate a flutuações cíclicas da economia, e a função redistributiva é a que busca reduzir desigualdades, não regulando monopólios.
- E** A proposição é plausível, mas incompleta. A função alocativa realmente lida com falhas de mercado, mas a redistributiva também pode atuar em monopólios naturais. A maior incorreção reside na descrição da função estabilizadora, que se confunde com a função alocativa de provisão de bens essenciais.

**Questão 17**

Julgue os itens a seguir, a respeito das técnicas orçamentárias e dos conceitos de orçamento público, considerando a evolução da administração financeira e orçamentária no Brasil.

- I** – O Orçamento-Programa representa uma técnica orçamentária avançada, cuja principal característica é a ênfase na legalidade do gasto em detrimento da finalidade e do resultado, refletindo a premissa de que a gestão fiscal deve ser rigidamente controlada por meio de autorizações legislativas detalhadas.
- II** – No contexto brasileiro, o Orçamento Participativo, embora não seja uma técnica orçamentária formalmente definida na Lei de Finanças Públicas, funciona como um mecanismo de democratização do processo de elaboração do orçamento, permitindo à população influenciar a alocação de recursos e, assim, alinha-se diretamente com a função redistributiva do Estado.
- III** – O Orçamento por Desempenho, em contraste com o Orçamento Tradicional, introduz uma lógica de gestão focada em indicadores de performance, mensurando a eficácia e a eficiência dos gastos. Essa técnica, contudo, enfrenta o desafio de ser incompatível com a estrutura de controle de legalidade dos gastos, predominante na administração pública brasileira.
- IV** – A transição do Orçamento Tradicional para o Orçamento-Programa reflete a mudança do enfoque do orçamento, de um instrumento de mera autorização contábil para uma ferramenta de planejamento e gestão estratégica das políticas públicas.
- V** – O conceito de Orçamento Base Zero (OBZ) é caracterizado pela premissa de que as despesas do exercício anterior devem ser a base para a elaboração do orçamento do ano subsequente, com a justificativa de que a estabilidade orçamentária garante maior eficiência na continuidade dos programas e ações governamentais.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta.

- A** F, V, F, V, F
- B** F, F, V, F, V
- C** V, V, F, V, V
- D** V, F, F, V, V
- E** F, V, V, F, F

**Questão 18**

Julgue os itens a seguir, a respeito do ciclo orçamentário e da hierarquia entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

- I** – O PPA, por ser o instrumento de planejamento de médio prazo, define as diretrizes, objetivos e metas de despesas de capital e outras despesas de longa duração. Embora suas metas devam ser compatibilizadas anualmente com a LOA, sua execução independe da aprovação prévia de programas e projetos específicos na LDO.
- II** – A LDO é a lei que estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente. Sua principal finalidade é a de servir como elo entre o PPA e a LOA, mas, no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sua função mais relevante é a de definir as fontes de financiamento para as despesas de capital previstas na LOA.
- III** – No sistema orçamentário brasileiro, a LOA pode conter despesas que não estejam contempladas no PPA, desde que sejam despesas de custeio. Além disso, a lei orçamentária anual é o único instrumento capaz de autorizar a realização de despesas de capital, sendo a LDO e o PPA meramente instrumentos de planejamento, sem poder de autorização para o gasto público.
- IV** – A LDO, ao dispor sobre as alterações na legislação tributária e a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, cumpre sua função de compatibilizar a LOA com o PPA. Essa lei, por sua natureza, não pode conter dispositivos que extrapolem a matéria orçamentária, sob pena de vício de inconstitucionalidade.
- V** – A exclusividade do PPA para a inclusão de despesas de capital de longo prazo é um princípio fundamental do sistema orçamentário. Portanto, qualquer despesa de capital constante na LOA deve, obrigatoriamente, corresponder a um programa ou ação previamente incluído no PPA, independentemente de a LDO ter autorizado a sua inclusão.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta.

- A** F, V, F, V, V
- B** F, F, F, F, V
- C** F, F, F, V, V
- D** V, V, V, V, F
- E** F, F, V, V, F

**Questão 19**

O Estado de Novo Horizonte, sob a gestão de um governo que preza pelo equilíbrio fiscal, definiu na sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano de 2025 uma rigorosa meta de resultado primário. O Plano Plurianual (PPA) vigente (2024-2027) estabeleceu como prioridades as áreas de educação e saneamento básico.

Durante o trâmite da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 na Assembleia Legislativa, a bancada de oposição, com amplo apoio de deputados da base aliada, apresentou uma emenda parlamentar impositiva no valor de R\$ 500 milhões para a construção de um porto seco, uma obra de grande porte que não está prevista no PPA e que não se enquadra nas prioridades estabelecidas. A proposta de emenda, além de criar uma nova despesa, compromete diretamente a meta fiscal estabelecida na LDO.

O governador, ciente das implicações políticas e fiscais, consulta sua equipe jurídica e de planejamento para tomar a decisão mais adequada, garantindo a legalidade do processo e a responsabilidade fiscal.

Considerando o cenário descrito e os princípios e regras estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta a análise mais correta e a conduta legalmente exigível do Poder Executivo.

- A** O governador deve sancionar a emenda, pois a aprovação parlamentar confere-lhe legitimidade. Para cumprir a meta da LRF, deve então utilizar o instrumento de limitação de empenho e movimentação financeira, bloqueando os recursos destinados à construção do porto seco até que o risco fiscal seja mitigado.
- B** O governador tem o dever de vetar a emenda, alegando a incompatibilidade do novo gasto com o Plano Plurianual (PPA) vigente e o risco de descumprimento da meta fiscal da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Essa ação preserva a legalidade orçamentária e o equilíbrio fiscal, demonstrando a hierarquia dos instrumentos de planejamento.
- C** A emenda é constitucionalmente válida, pois a Constituição permite a apresentação de emendas parlamentares à LOA. A inclusão da despesa na lei orçamentária, mesmo não estando no PPA, cria um precedente para que o PPA seja posteriormente alterado por outra lei específica, garantindo a execução do projeto no ano seguinte.
- D** O governador pode sancionar a emenda, desde que a execução da despesa de R\$ 500 milhões seja condicionada à aprovação de uma lei posterior que altere o PPA, criando o programa para a construção do porto seco. A falta de previsão no PPA não impede a autorização da despesa, apenas sua execução.
- E** A emenda deve ser vetada por inconstitucionalidade. O motivo não é a falta de previsão no PPA, pois o princípio da anualidade da LOA sobrepõe-se à rigidez do PPA em casos de interesse público relevante, mas sim a ausência de uma fonte de receita nova para financiar a despesa, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Questão 20**

Com base nas determinações legais em vigor no Brasil, versando sobre os conceitos e classificações de receitas e despesas públicas, identifique a alternativa correta.

- Ⓐ A receita corrente líquida, fundamental para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inclui as receitas de capital decorrentes de operações de crédito e alienação de bens, mas exclui as transferências correntes recebidas de outros entes federados para fins de saúde e educação.
- Ⓑ A etapa da despesa pública denominada liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa fase é juridicamente dispensável para despesas de pessoal e encargos sociais, que podem ser pagas diretamente após o empenho.
- Ⓒ A Dívida Ativa de natureza tributária, quando arrecadada, deve ser classificada como uma receita de capital, pois a sua constituição representa a entrada de recursos extraordinários para a Fazenda Pública, não provenientes das atividades ordinárias de arrecadação do exercício.
- Ⓓ O instrumento dos Restos a Pagar, previsto na Lei n. 4.320/1964, permite que as despesas empenhadas e não pagas no exercício financeiro possam ser executadas no exercício seguinte. A inscrição em Restos a Pagar com processamento (liquidadas) representa um passivo exigível, podendo ser cancelada após o início do exercício seguinte, e nesse caso gerando uma receita extraorçamentária.
- Ⓔ A vedação da vinculação de receitas de impostos a despesas específicas, expressa na Constituição Federal, não se aplica à receita de capital decorrente de operações de crédito, que, por sua natureza, deve ser obrigatoriamente vinculada a despesas de capital para a realização de projetos de investimento.

**Direito Tributário**

Eduardo Sabbag

**Questão 21**

Está dispensada da observância do princípio da anterioridade comum, prevista no art. 150, III, “b” e “c”, da CF, a cobrança, com aumento,

- Ⓐ da contribuição social sobre o lucro líquido.
- Ⓑ do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- Ⓒ do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- Ⓓ da taxa de coleta de resíduos sólidos.
- Ⓔ do imposto sobre a propriedade territorial rural.

**Questão 22**

Não produz o efeito de certidão negativa aquela em que constar a existência de créditos

- Ⓐ vincendos.
- Ⓑ objeto de pedido de concessão de moratória deferida.
- Ⓒ em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.
- Ⓓ objeto de impugnação administrativa ainda não apreciada.
- Ⓔ vencidos.

**Questão 23**

É juridicamente legítima a instituição e cobrança por parte

- Ⓐ de município, de imposto sobre a propriedade de imóvel onde funciona a Igreja XYZ.
- Ⓑ da União, do imposto sobre renda auferida por municípios.
- Ⓒ do Estado-membro, de imposto sobre a venda de revista de circulação mensal.
- Ⓓ da União, de imposto sobre renda auferida por instituição educacional que aplique parcela de sua receita em país estrangeiro.
- Ⓔ de município, de imposto sobre serviços públicos prestados pelo Estado-membro onde se situa.

**Questão 24**

De acordo com a legislação da época, a alíquota do IPI para determinado produto, em 2021, era de 15%. Por meio de modificações sucessivas, tal alíquota passou para 20% em 2022, 5% em 2023 e 10% em 2024 e 2025. Em maio de 2025, o Fisco Federal verificou que certa indústria, fabricante desse produto, deixara de recolher o IPI correspondente aos períodos de 2021, 2022, 2023 e 2024. Para o efeito de lançamento, o Fisco Federal deveria utilizar-se:

- Ⓐ da alíquota de 20% para todos os períodos.
- Ⓑ da alíquota de 20% para os períodos de 2021 e 2022 e da alíquota de 10% para os períodos de 2023 e 2024.
- Ⓒ das alíquotas de 15%, 20%, 5% e 10%, respectivamente, para os períodos de 2021, 2022, 2023 e 2024.
- Ⓓ da alíquota de 10% para todos os períodos.
- Ⓔ da alíquota de 5% para todos os períodos.

**Questão 25**

Como exemplo de imposto sujeitos normalmente a lançamento de ofício e por homologação, respectivamente, podemos citar:

- Ⓐ o imposto territorial urbano e o IPI.
- Ⓑ o imposto de renda e o imposto sobre importação.
- Ⓒ o IPI e o imposto sobre a propriedade de veículo automotor.
- Ⓓ a contribuição de melhoria e a taxa.
- Ⓔ o ICMS e o imposto de renda.

**Questão 26**

Quanto às normas literais do IPVA – e à luz dos aspectos constitucionais e jurisprudenciais –, escolha a alternativa correta.

- Ⓐ O imposto poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da manutenção e do impacto ambiental.
- Ⓑ Inexistindo lei estadual sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- Ⓒ O imposto poderá ter alíquotas mínimas fixadas pelo Congresso Nacional.

- Ⓓ O imposto não tem previsão expressa no Código Tributário Nacional.
- Ⓔ Para o STF, no caso de empresa de locação de veículos, a cobrança do IPVA não será realizada pelo Estado em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.

**Questão 27**

Quanto às normas literais do ITCMD – e à luz dos aspectos constitucionais e jurisprudenciais –, escolha a alternativa correta.

- Ⓐ O imposto incide uma única vez, sobre o valor global dos bens transferidos, independentemente da quantidade de herdeiros ou legatários.
- Ⓑ Quanto ao imposto, não se pode confundir o (prévio) momento da lavratura da escritura com o (posterior) momento do registro no cartório imobiliário. Logo, o fato gerador da exação ocorre com o momento da lavratura da escritura pública de doação.
- Ⓒ José faleceu na cidade do Rio de Janeiro. Seu domicílio é em Belo Horizonte. Possui ele um apartamento na cidade de São Paulo e um automóvel na cidade de Porto Alegre. O ITCMD deverá ser recolhido para o Estado de São Paulo (quanto ao apartamento) e para o Estado de Minas Gerais (quanto ao automóvel).
- Ⓓ Se Tício reside em Montevideú, falece e deixa para o seu herdeiro dois imóveis (um em Belo Horizonte, outro em Campo Grande: irá pagar os ITCMDs para Minas Gerais e Mato Grosso.
- Ⓔ O imposto será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da meação.

**Questão 28**

Quanto às normas literais do ICMS – e à luz dos aspectos constitucionais e jurisprudenciais –, escolha a alternativa correta.

- A O ICMS não incide sobre a entrada de mercadoria ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade
- B À exceção dos impostos de que tratam, na Constituição Federal, o inciso II do *caput* do art. 155 e os incisos I e II do art. 153, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.
- C Como a consignação do veículo por agência de automóveis significa a mera detenção precária da mercadoria para fins de exibição, facilitando, dessa forma, a consecução do serviço de intermediação contratado, o STJ orienta-se no sentido de que incide o ICMS.
- D O imposto, quanto às suas alíquotas, dependerá de resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- E O imposto não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, exceto a energia elétrica.

**Questão 29**

Quanto às orientações sumulares do STJ e STF, escolha a alternativa incorreta.

- A O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- B O ICMS incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.
- C O imposto de transmissão “causa mortis” é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
- D A legitimidade passiva, em demandas que visam à restituição de contribuições de terceiros, está vinculada à capacidade tributária ativa; assim, nas hipóteses em que as entidades terceiras são meras destinatárias das contribuições, não possuem elas legitimidade “ad causam” para figurar no polo passivo, juntamente com a União.
- E Não incide o IPI quando sobrevém furto ou roubo do produto industrializado após sua saída do estabelecimento industrial ou equiparado e antes de sua entrega ao adquirente.

**Questão 30**

Em 1ª de abril de 2024, a Empresa ALFA adquiriu o fundo de comércio da Empresa BETA, fazendo constar do respectivo contrato uma cláusula que a eximia da responsabilidade por quaisquer débitos fiscais anteriores àquela data. Sabendo-se que houve o prosseguimento na exploração da atividade e que, em 1º de setembro de 2024, a Empresa ALFA foi autuada para pagar o ICMS, referente a fatos geradores ocorridos entre janeiro e agosto de 2019, por força da ausência do pagamento do gravame estadual, deduz-se que

- A a sucessora não poderia ser responsabilizada pelos débitos da sucedida, em razão da cláusula contratual e também porque já decaíra o direito de o Fisco Estadual proceder ao lançamento.
- B a sucessora responde subsidiariamente pelos débitos da sucedida, pois o Fisco Estadual só decairia de seu direito de lançar a partir de 1º de janeiro de 2025, incluindo esta data.
- C conquanto a sucessora pudesse ser responsabilizada pelos débitos da sucedida, já decaíra o direito de o Fisco Estadual proceder ao lançamento, exceto em caso de dolo, fraude ou simulação.
- D a sucessora não poderia ser responsabilizada pelos débitos da sucedida, embora o Fisco Estadual só decaísse de seu direito de lançar em 1º de janeiro de 2025.
- E a sucessora responde integral e preferencialmente pelos débitos da sucedida, dado que o direito de o Fisco Estadual lançar só decairia em 1º de janeiro de 2025.

**Contabilidade Geral e  
Contabilidade de Custos**

Claudio Zorzo

**Questão 31**

Para responder à questão, considere os conceitos básicos da contabilidade e assinale a alternativa correta.

- A** A contabilidade é uma ciência exata aplicada.
- B** O objeto de estudo da contabilidade são as entidades econômico-administrativas.
- C** O objetivo da contabilidade é a elaboração das demonstrações contábeis.
- D** Os usuários internos são os investidores financeiros.
- E** O campo de aplicação da contabilidade abarca também as pessoas físicas.

**Questão 32**

Considerando a classificação dos fatos que alteram o patrimônio de uma empresa, o pagamento de uma dívida com juros de 10%; a compra de mercadorias, sendo metade à vista e metade a prazo e a venda de um veículo, a prazo, com ganho, representam, respectivamente, fatos:

- A** modificativo diminutivo, permutativo e misto diminutivo.
- B** misto aumentativo, permutativo e misto diminutivo.
- C** misto diminutivo, permutativo e misto aumentativo.
- D** misto aumentativo, misto aumentativo e misto diminutivo.
- E** modificativo aumentativo, modificativo aumentativo e modificativo diminutivo.

**Questão 33**

Em relação à composição de um plano de contas e os tipos de contas, marque a alternativa correta.

- A** Desconto ativo é uma conta patrimonial do ativo.
- B** Juros recebidos são uma conta de resultado do ativo.
- C** Impostos a recolher são uma conta de resultado, uma despesa.
- D** Aluguel recebido antecipadamente é uma conta patrimonial do passivo.
- E** Depreciação é uma conta patrimonial, redutora do ativo.

**Questão 34**

A escrituração contábil é uma das técnicas contábeis relacionadas com o controle patrimonial. Sobre a escrituração contábil, é correto afirmar que

- A** o princípio basilar das partidas dobradas permite somente uma conta debitada e uma conta creditada, sempre com o mesmo valor.
- B** os registros dos lançamentos contábeis, a débito e a crédito, são efetuados no livro razão.
- C** no processo de correção de um lançamento errado, uma das formas utilizadas é a tempestividade.
- D** o lançamento de 3ª fórmula tem duas ou mais contas debitadas e uma conta creditada.
- E** de acordo com a legislação, não é permitido um lançamento mensal, a escrituração deve ser feita diariamente.

**Questão 35**

No início do exercício social de 2025, a empresa PCZ comprou 10 milhões de reais de suas ações que estavam em propriedade de acionistas minoritários. A transação teve um custo de 400 mil reais. Considerando a estrutura e composição do balanço patrimonial, o impacto da operação irá acarretar:

- A** um aumento do ativo não circulante de 5.4 milhões de reais.
- B** uma diminuição no patrimônio líquido em 5.4 milhões de reais.
- C** um investimento, no ativo, de 5.4 milhões de reais.
- D** o reconhecimento de uma conta redutora do patrimônio líquido no valor de 5 milhões de reais.
- E** um aumento na conta capital social, no patrimônio líquido, no valor de 5 milhões de reais.

**Questão 36**

A empresa PCZ vendeu em dezembro de 2024, por \$ 150.000,00, à vista, uma máquina adquirida em julho de 2022, por \$ 250.000,00. Sabe-se que a vida útil estimada da máquina é de 5 anos e existia um valor residual de \$ 25.000,00. Considerando que a empresa adotou o método linear para cálculo da sua depreciação, após a feitura dos registros necessários, em 2024, o resultado do exercício será afetado da seguinte forma:

- A** o resultado irá aumentar em \$ 12.500,00.
- B** a empresa irá reconhecer uma receita de venda de \$ 150.000,00.
- C** será reconhecida uma despesa com depreciação de \$ 112.500,00.
- D** o resultado será diminuído em \$ 32.500,00.
- E** não haverá alteração no resultado do exercício em 2024.

**Questão 37**

De acordo com o regime de competência, as despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido. Considerando a correta aplicação do regime de competência, podemos afirmar que toda despesa diminui a situação líquida da empresa, contudo nem toda diminuição da situação líquida é uma despesa. Marque o item que altera a situação líquida da empresa, entretanto não é uma despesa.

- A** Apropriação de uma despesa antecipada.
- B** Pagamento do aluguel do mês corrente.
- C** Distribuição dos dividendos anuais.
- D** Pagamento de uma dívida com juros.
- E** Registro de uma provisão para garantia.

**Questão 38**

A indústria PCZ – Sociedade anônima, no término do mês de agosto de 2025, apresentou as seguintes contas em seu balanete mensal:

- salários do mês – produção: \$ 40.000
- salários do mês – administração: \$ 10.000
- salários do mês – vendas: \$ 15.000
- aluguel da administração: \$ 5.000
- depreciação das máquinas da indústria: \$ 8.000
- depreciação dos veículos da administração: \$ 6.000
- matéria-prima consumida: R\$ 10.000
- propaganda e publicidade dos produtos: R\$ 4.000
- energia elétrica da fábrica: R\$ 7.000
- perdas anormais de produção: R\$ 2.000
- compra de terreno: 35.000

No término do mês, o total dos custos e das despesas da entidade foram, respectivamente, de

- A** \$ 65.000 e \$ 77.000.
- B** \$ 67.000 e \$ 75.000.
- C** \$ 65.000 e \$ 42.000.
- D** \$ 69.000 e \$ 38.000.
- E** \$ 69.000 e \$ 73.000.

**Questão 39**

Com o objetivo de renovar o estoque de matéria-prima, o diretor de vendas da empresa PCZ decidiu fazer uma superpromoção no mês de julho de 2025. No fim do mês foi levantado que a empresa vendeu quase todos os produtos “ADCB” por \$ 1.200.000,00.

No mesmo período a contabilidade levantou os seguintes dados sobre o produto:

- Matéria-prima: 250.000
- Mão de obra direta: 400.000
- Gastos indiretos de fabricação: 150.000
- Estoque inicial de produtos em elaboração: 60.000
- Estoque final de produtos em elaboração: 100.000
- Estoque inicial de produtos acabados: 30.000
- Estoque final de produtos acabados: 80.000

Com base nos dados apresentados e sabendo que os impostos sobre vendas totalizaram \$ 190.000,00; a empresa irá apurar, no mês de julho, um lucro bruto de:

- A** \$ 300.000.
- B** \$ 210.000.
- C** \$ 250.000.
- D** \$ 330.000.
- E** \$ 310.000.

**Questão 40**

O método de custeio denominado custeio baseado em atividades ou ABC apresenta quais as atividades consomem os recursos da empresa, agregando-as em centros de custos por atividades, conforme os direcionadores de custos preestabelecidos. São vantagens do sistema de custeio ABC em relação aos demais, exceto:

- A** maior necessidade de rateios arbitrários dos custos indiretos.
- B** permite identificar quais produtos ou serviços consomem mais recursos e seus consequentes gastos.
- C** possibilita identificar o custo de cada atividade do processo produtivo em relação aos custos totais.
- D** melhora qualidade nas informações dos custos de produção ou serviços com informações mais analíticas.
- E** necessita de um controle mais tempestivo, melhorando a implementação, continuidade e revisão de controles internos relacionados com a produção.

**Direito Administrativo**

Gustavo Scatolino

**Questão 41**

A teoria dos atos administrativos envolve elementos, atributos e formas de desfazimento, que variam conforme a legalidade, a conveniência e a proteção à confiança. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A convalidação é admitida quando o ato apresenta defeito sanável e sua correção não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- Ⓑ A motivação é elemento do ato administrativo, assim como a competência.
- Ⓒ A revogação extingue ato ilegal com efeitos retroativos, por isso é modalidade de controle de legalidade.
- Ⓓ A anulação de atos administrativos somente pode ser realizada pelo Poder Judiciário, sendo vedada à Administração a correção de seus próprios atos.
- Ⓔ O direito da Administração de anular atos favoráveis ao administrado decai em três anos, salvo comprovada má-fé.

**Questão 42**

O artigo 37 da Constituição Federal disciplina diversos aspectos do regime jurídico-administrativo, indo além dos princípios expressos e alcançando regras específicas sobre acumulação de cargos, requisitos de criação de entidades e formas de ingresso no serviço público. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista pode ocorrer diretamente por decreto do Poder Executivo, desde que fundamentado em relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
- Ⓑ A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas apenas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- Ⓒ A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada em qualquer hipótese, ainda que haja compatibilidade de horários.
- Ⓓ O prazo de validade do concurso público será sempre de dois anos, vedada qualquer prorrogação, sob pena de nulidade da seleção.
- Ⓔ As funções de confiança e os cargos em comissão podem ser livremente ocupados por qualquer pessoa, independentemente de vínculo com a Administração, bastando a nomeação pela autoridade competente.

**Questão 43**

O artigo 41 da Constituição Federal disciplina o instituto da estabilidade dos servidores públicos e as hipóteses em que poderão perder o cargo. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após um ano de efetivo exercício.
- Ⓑ A perda do cargo do servidor estável pode ocorrer por decisão administrativa fundamentada em conveniência e oportunidade.
- Ⓒ O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou em razão de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar.
- Ⓓ A Constituição admite a perda do cargo do servidor estável exclusivamente em razão de processo judicial.
- Ⓔ O servidor público adquire vitaliciedade após três anos de efetivo exercício.

**Questão 44**

O controle externo da Administração Pública é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que possui competências próprias de fiscalização, julgamento e aplicação de sanções. Sobre as atribuições do Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Compete ao TCU fiscalizar a legalidade das contas do Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional apreciá-las diretamente, sem emissão de parecer prévio.
- Ⓑ Entre suas funções, está a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- Ⓒ O TCU pode realizar inspeções e auditorias, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, em unidades da Administração direta e indireta, inclusive nos demais Poderes.
- Ⓓ O TCU não possui competência para aplicar sanções em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, cabendo tal atribuição exclusivamente ao Congresso Nacional.
- Ⓔ As decisões do TCU não possuem eficácia de título executivo, devendo ser homologadas judicialmente para que tenham validade.

**Questão 45**

A Lei n. 8.429/1992 dispõe sobre os atos de improbidade administrativa e suas consequências para o agente público. Considerando esse diploma legal, assinale a alternativa correta.

- A** Os atos de improbidade administrativa só podem ser punidos na esfera penal.
- B** O ressarcimento ao erário em razão de ato de improbidade depende de prévia condenação criminal transitada em julgado.
- C** Qualquer ato de improbidade gera suspensão automática dos direitos políticos por dez anos.
- D** O agente público que pratica ato de improbidade pode ser punido com suspensão dos direitos políticos, perda da função pública e indisponibilidade dos bens, sem prejuízo da ação penal cabível.
- E** Apenas servidores efetivos podem responder por atos de improbidade administrativa, sendo vedada a responsabilização de particulares.

**Questão 46**

A Lei n. 14.133/2021 disciplina as modalidades de licitação, estabelecendo hipóteses de utilização de cada uma delas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A** O pregão é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, sendo vedada sua utilização para todos serviços comuns de engenharia.
- B** A concorrência pode ser utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, especiais e de grande vulto, bem como para obras e serviços de engenharia.
- C** O concurso é modalidade de licitação voltada para a escolha da proposta mais vantajosa na aquisição de bens padronizados.
- D** O leilão é a modalidade destinada à contratação de bens e serviços especiais e obras de engenharia, cujo critério de julgamento será técnica e preço.
- E** O diálogo competitivo aplica-se apenas para alienação de bens móveis ou imóveis inservíveis da Administração.

**Questão 47**

A Lei n. 14.133/2021 prevê hipóteses em que a licitação é dispensada ou inexigível. Acerca dessas hipóteses, assinale a alternativa correta.

- A** A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, como na contratação de profissional de qualquer área para desempenho de trabalho genérico.
- B** É dispensável a licitação para a aquisição de bens de pequeno valor, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço de maior vulto que possa ser caracterizado como fracionamento.
- C** É inexigível a licitação para obras e serviços de engenharia de pequeno valor.
- D** A licitação é dispensável apenas em situações de guerra ou grave perturbação da ordem pública.
- E** A inexigibilidade de licitação aplica-se automaticamente a qualquer contratação direta de serviços comuns de engenharia.

**Questão 48**

A Lei n. 14.133/2021 estabelece regras para os contratos administrativos, inclusive quanto às cláusulas obrigatórias. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A** A lei admite que contratos administrativos sejam celebrados sem indicação expressa do objeto, desde que conste o prazo de execução e o preço.
- B** Todo contrato deve prever expressamente a legislação aplicável à execução, inclusive em casos omissos.
- C** As cláusulas obrigatórias podem ser dispensadas se o valor do contrato for irrelevante.
- D** Não é necessária a indicação do regime de execução ou da forma de fornecimento no contrato.
- E** Os contratos administrativos não precisam se vincular ao edital de licitação ou à proposta vencedora.

**Questão 49**

A organização administrativa do Estado brasileiro compreende tanto a Administração Direta quanto a Indireta. Considerando suas características, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A Administração Direta é composta pelas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.
- Ⓑ A Administração Indireta é formada por órgãos sem personalidade jurídica, subordinados hierarquicamente aos chefes dos Poderes.
- Ⓒ As autarquias são entidades criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público e capacidade de autoadministração.
- Ⓓ As empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração Direta, embora possuam personalidade de direito privado.
- Ⓔ As fundações públicas, independentemente de sua natureza, são órgãos da Administração Direta.

**Questão 50**

A organização administrativa é marcada por diferentes formas de descentralização e desconcentração. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A desconcentração ocorre quando o Estado cria novas pessoas jurídicas para descentralizar a execução de atividades administrativas.
- Ⓑ A descentralização administrativa pressupõe a transferência de atribuições da Administração Direta para entidades da Administração Indireta ou para particulares.
- Ⓒ A desconcentração é fenômeno que implica criação de fundações ou empresas públicas para execução de atividades de interesse público.
- Ⓓ A descentralização política refere-se à criação de órgãos no interior da estrutura da Administração Direta.
- Ⓔ A desconcentração não pode ocorrer dentro de um mesmo ente federativo.

**Direito Constitucional**

Ricardo Blanco

**Questão 51**

Assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- Ⓐ É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- Ⓑ Os cargos políticos são caracterizados não apenas por serem de livre nomeação ou exoneração, fundadas na fidejussão, mas também por seus titulares serem detentores de um múnus governamental decorrente da CF, não estando os seus ocupantes enquadrados na classificação de agentes administrativos. Em hipóteses que atinjam ocupantes de cargos políticos, a configuração do nepotismo deve ser analisada caso a caso, a fim de se verificar eventual “troca de favores” ou fraude a lei. Decisão judicial que anula ato de nomeação para cargo político apenas com fundamento na relação de parentesco estabelecida entre o nomeado e o chefe do Poder Executivo, em todas as esferas da Federação, diverge do entendimento da Suprema Corte consubstanciado na Súmula Vinculante 13.
- Ⓒ Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- Ⓓ O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- Ⓔ É admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

**Questão 52**

Assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- Ⓐ É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- Ⓑ Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.
- Ⓒ É constitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da Administração Pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.
- Ⓓ É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata aprovada nas provas escritas que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- Ⓔ A contratação temporária para o exercício de funções na administração penitenciária em cargos de servidores da polícia penal não pode ser admitida, de modo que o Estado do Maranhão deverá realizar o necessário concurso público ou o aproveitamento dos cargos públicos equivalentes.

**Questão 53**

Assinale a opção incorreta em relação ao mandado de segurança.

- Ⓐ O mandado de segurança é substitutivo de ação de cobrança.
- Ⓑ Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
- Ⓒ Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- Ⓓ Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- Ⓔ O mandado de segurança não substitui a ação popular.

**Questão 54**

São características dos direitos sociais, exceto:

- Ⓐ Os direitos sociais são direitos de primeira geração.
- Ⓑ A reserva do possível pode ser invocada para a implementação total dos direitos sociais.
- Ⓒ Os direitos sociais asseguram a isonomia material.
- Ⓓ Os direitos sociais podem ser questionados no judiciário, no caso de omissão do Estado.
- Ⓔ A reserva do possível não pode ser invocada para a garantia do mínimo existencial.

**Questão 55**

Sobre as características dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os direitos de primeira geração são considerados prestações positivas do Estado.
- Ⓑ Os direitos sociais são direitos de terceira geração.
- Ⓒ Os direitos de segunda geração são marcados por uma abstenção do Estado.
- Ⓓ Os direitos políticos são considerados de segunda geração.
- Ⓔ Os direitos sociais dependem de disponibilidade financeira para a sua implementação total.

**Questão 56**

Segundo a constituição federal, são privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:

- Ⓐ de Presidente e Vice-Presidente da República.
- Ⓑ de Presidente da Câmara dos Deputados.
- Ⓒ de Presidente do Senado Federal.
- Ⓓ de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- Ⓔ de oficial da Polícia Militar.

**Questão 57**

Sobre os direitos políticos, assinale a opção incorreta.

- Ⓐ Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- Ⓑ O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- Ⓒ Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- Ⓓ São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- Ⓔ O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça comum no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

**Questão 58**

Compete privativamente à União legislar, exceto sobre:

- A direito civil, comercial, penal e procedimento em matéria processual.
- B desapropriação.
- C requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- D águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- E serviço postal.

**Questão 59**

A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- A manter a integridade municipal.
- B repelir invasão estrangeira, mas não a de uma unidade da Federação em outra.
- C pôr termo a grave comprometimento da ordem política.
- D garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- E reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de um ano, salvo motivo de força maior.

**Questão 60**

Assinale a opção correta em relação à eficácia das normas.

- A É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Essa é uma norma de eficácia contida.
- B É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. Essa é uma norma de eficácia limitada.
- C O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Essa é uma norma de eficácia limitada de princípio institutivo.
- D A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios. Essa é uma norma de eficácia limitada de princípio programático.
- E A norma de eficácia limitada possui uma eficácia jurídica imediata.

**Direito Empresarial**

Edilson Enedino

**Questão 61**

Em caso de trespasse, consistente na transferência do estabelecimento completo para outro titular da atividade, o Código Civil estabelece o tratamento a ser dado às obrigações do devedor que aliena o conjunto de bens que compõe o acervo da empresa. Assim, com base na legislação aplicável:

- A O adquirente do estabelecimento empresarial responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano.
- B A solidariedade entre alienante e adquirente, decorrente da transferência do estabelecimento, terá seu prazo limitado a um ano, contado sempre da publicação do trespasse na imprensa oficial.
- C O alienante do estabelecimento empresarial responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, passando o adquirente a responder solidariamente por referidos débitos enquanto não prescreverem.
- D O adquirente do estabelecimento empresarial responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado enquanto não prescreverem tais débitos.
- E O alienante do estabelecimento empresarial responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, passando o adquirente a responder solidariamente por referidos débitos pelo prazo de um ano.

**Questão 62**

Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, regulada no Código Civil, é correto afirmar:

- A Para a regular aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, é necessário comprovar, cumulativamente, o desvio de finalidade, que é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, e a confusão patrimonial, caracterizada pela ausência de separação de fato entre os patrimônios.
- B A desconsideração inversa da personalidade jurídica, que permite a extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica, não encontra regulamentação legal no Brasil, mas é aplicada com base na doutrina e na jurisprudência.
- C A mera existência de grupo econômico, mesmo sem a presença de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, caso comprovada a fraude contra credores.
- D A expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica constitui desvio de finalidade, para justificar a desconsideração da personalidade jurídica dela.
- E A desconsideração da personalidade jurídica não se presta para atribuir responsabilidade patrimonial a terceiros que não têm qualquer espécie de vínculo jurídico com as sociedades atingidas, ainda que se cogite da ocorrência de confusão ou desvio patrimonial, a ensejar suposta fraude contra credores.

**Direito Civil**

Cristiny Rocha

**Questão 63**

Paulo, viúvo, faleceu deixando dois filhos e um testamento público válido, no qual dispôs da metade disponível de seus bens em favor de seu amigo Carlos. No mesmo instrumento, nomeou como herdeiro universal de todo o restante de seus bens o tabelião que lavrou o ato, e destinou um legado de quantia certa para sua neta Clara, filha de um dos herdeiros.

Com base no Código Civil, assinale a opção correta.

- A O legado destinado à neta Clara é nulo, pois descendentes não podem ser beneficiados em testamento quando existirem herdeiros necessários.
- B A disposição em favor do tabelião é nula, porque a lei veda nomeá-lo como herdeiro ou legatário no testamento que lavrou.
- C A disposição em favor de Carlos é nula, porque apenas descendentes e ascendentes podem receber bens por testamento.
- D Se houvesse pessoa jurídica nomeada a suceder, haveria nulidade do testamento.
- E O legado em favor de Clara é ineficaz, já que os netos não podem concorrer com os filhos do testador.

**Questão 64**

Acerca do domicílio civil, assinale a alternativa correta.

- A O domicílio do militar é sempre a capital do estado em que presta serviço.
- B O domicílio do incapaz é o local de sua residência habitual, independentemente da atuação de representante ou assistente.
- C O preso possui domicílio necessário no local onde se encontra sua família, salvo manifestação em contrário perante o juiz da execução.
- D O marítimo terá domicílio necessário na sede da companhia de navegação para a qual presta serviços.
- E O servidor público possui domicílio necessário no lugar em que exerce permanentemente suas funções, não se modificando por nomeação eventual ou transitória.

**Direito Penal**

Rafael de Oliveira

**Questão 65**

Com base na Lei de Abuso de Autoridade e nas condutas tipificadas como abuso de poder, assinale a alternativa correta.

- A** O abuso de autoridade ocorre exclusivamente por excesso de poder, quando o agente público ultrapassa os limites de suas competências, agindo de forma violenta, misógina ou racista.
- B** O abuso de autoridade é praticado apenas por servidores públicos remunerados e de forma permanente, excluindo-se agentes públicos temporários ou não remunerados da responsabilização.
- C** As condutas de abuso de autoridade podem ser praticadas tanto no exercício da função pública quanto a pretexto de exercê-la, excluindo-se os períodos de férias e licença do agente público.
- D** A modalidade culposa é admitida na prática de abuso de autoridade, desde que o agente público não tenha a intenção de prejudicar ou beneficiar a si ou a terceiros.
- E** O elemento subjetivo do tipo do abuso de autoridade exige que o agente público atue com a intenção de prejudicar outra pessoa, beneficiar a si ou a terceiros, ou por mero capricho ou satisfação pessoal, sendo incompatível com qualquer outro fim específico.

**Legislação Tributária Estadual**

Ismael Noronha

**Questão 66**

A respeito da incidência e da não incidência do ICMS, consoante a legislação do estado de Sergipe, marque a incorreta.

- A** O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares.
- B** A entrada de mercadorias ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, é situação a atrair a incidência do ICMS.
- C** Não incide o ICMS sobre a entrada, no Estado de Sergipe, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização, industrialização, produção, geração ou extração inclusive na hipótese de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo adquiridos por prestador de serviço de transporte para emprego na prestação de seus serviços.

- D** O ICMS não incide sobre operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda de bens arrendados ao arrendatário.
- E** Operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, estão fora do campo de incidência do ICMS.

**Questão 67**

Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS nos seguintes momentos, exceto:

- A** da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte.
- B** da transmissão, a terceiro, da propriedade de mercadoria depositada em armazém-geral ou em depósito fechado.
- C** do início da prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via de pessoas, bens, mercadorias ou valores, inclusive por meio de gasoduto, oleoduto e aqueduto.
- D** das prestações onerosas de serviços de comunicação, feitas por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza, excluídos os de radiodifusão sonora e os de televisão que não sejam a cabo ou por assinatura.
- E** do consumo de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento, incluídos os serviços prestados.

**Questão 68**

Compõem a base de cálculo do ICMS no desembaraço aduaneiro as seguintes parcelas, exceto:

- A** o valor da mercadoria ou bens arbitrado pela autoridade aduaneira.
- B** o imposto sobre a importação.
- C** o imposto sobre produtos industrializados.
- D** o imposto sobre operações de câmbio.
- E** quaisquer outros impostos, taxas, contribuições, além de despesas aduaneiras cobradas ou debitadas ao adquirente, relativas ao adicional ao frete para renovação de marinha mercante e multas por infrações.

**Questão 69**

A respeito da não cumulatividade do ICMS, marque a incorreta.

- A** O ICMS é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado na operação ou prestação anterior.
- B** Ressalvadas as hipóteses de crédito presumido, não será permitida a utilização de crédito do imposto não destacado em documento fiscal.
- C** O saldo credor do ICMS existente na data do encerramento da atividade de qualquer estabelecimento será restituível nos termos da legislação aplicável.
- D** A apropriação do crédito referente à entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente será feita à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos) por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
- E** Quando o ICMS destacado no documento fiscal for maior do que o exigível na forma da lei, o seu aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto.

**Questão 70**

A respeito da sujeição passiva do ICMS, marque a alternativa incorreta.

- A** As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento do imposto não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- B** Contribuinte do ICMS é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que a operação e a prestação se iniciem no exterior.
- C** Os transportadores são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito em relação às mercadorias que entregarem a destinatário e/ou local diverso do indicado na documentação fiscal.
- D** Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.
- E** A responsabilidade solidária exclui a do contribuinte, sendo vedado ao Fisco exigir o crédito tributário deste.

**Questão 71**

Considera-se local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, tratando-se de operações ou prestações interestaduais destinadas a consumidor final, em relação à diferença entre a alíquota interna deste Estado e a alíquota interestadual

- A** do estabelecimento do destinatário, quando o destinatário ou tomador for contribuinte do imposto.
- B** do estabelecimento do remetente, quando o destinatário ou tomador for contribuinte do imposto.
- C** o do estabelecimento do remetente ou onde tiver início a prestação, quando o destinatário ou tomador for contribuinte do imposto.
- D** o do estabelecimento do destinatário ou onde tiver início a prestação, quando o destinatário ou tomador não for contribuinte do imposto.
- E** o do estabelecimento do destinatário, quando o destinatário ou tomador não for contribuinte do imposto.

**Questão 72**

A respeito do Processo Administrativo Fiscal – PAF, conforme disciplinado no Decreto n. 29.803 de 29 de abril de 2014, marque a incorreta.

- A** O Processo Administrativo Fiscal – PAF deve ter como peça inicial o Auto de Infração, e deve ser considerado instaurado com a ciência deste pelo autuado ou seu representante legalmente constituído.
- B** O Auto de Infração Simplificado – Modelo II será lavrado, dentre outras hipóteses, quando ocorrer falta de atendimento de notificação ou falta de pagamento do documento de arrecadação relativo ao ICMS Antecipado e a Complementação de Alíquota.
- C** O processo administrativo fiscal será instaurado, de forma sumária, sem a emissão de Auto de Infração, para a cobrança de débitos inscritos diretamente na dívida ativa, como, por exemplo, na hipótese de débito do ICMS declarado na Escrituração Fiscal Digital (EFD) e não recolhido.
- D** São partes no PAF a Fazenda Pública Estadual e o sujeito passivo da obrigação exclusivamente tributária.
- E** Não será exigida multa fiscal sem a lavratura do Auto de Infração, nem será este lavrado sem a respectiva multa.

**Questão 73**

A respeito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, instituído pela Lei n. 3.140, de 23 de dezembro de 1991, marque a opção incorreta.

- A** O PSDI será administrado pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e terá, como órgão consultivo e normativo superior, o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI.
- B** O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI tem por objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de Apoio Financeiro, Creditício, Locacional, Fiscal e/ou de Infraestrutura.
- C** O apoio creditício pode se dar por meio de diferimento do ICMS nas importações, do exterior, de bens de capital, bem como do diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais pertinentes aos referidos bens de capital novos, feitas por empreendimentos industriais novos, ou por empresas industriais em funcionamento.
- D** O prazo de fruição do Apoio Fiscal será de 10 (dez) anos.
- E** Os contribuintes enquadrados no PSDI poderão antecipar o pagamento do imposto devido objeto de carência, devendo solicitar Regime Especial de Tributação junto à SEFAZ.

**Questão 74**

Sobre o IPVA no Estado de Sergipe, marque a incorreta.

- A** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no dia 1º de janeiro de cada ano, tratando-se de veículo usado.
- B** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto na data em que deixar de ser preenchido requisito que tiver dado causa à imunidade, isenção ou dispensa de pagamento.
- C** São imunes ao IPVA os veículos de propriedade dos templos de qualquer culto.
- D** É isento do pagamento do IPVA o veículo rodoviário utilizado na categoria de táxi, de propriedade de motoristas profissionais autônomos ou cooperativados, limitado a 01 (um) veículo por beneficiário, exceto se a propriedade se afigurar dependente de termo final de “leasing”.
- E** Não será levado em consideração para efeito da base de cálculo do IPVA o estado de conservação do veículo.

**Questão 75**

A respeito da alíquota do ICMS, marque a incorreta.

- A** Ela será de 1% (um por cento) para ônibus, microônibus, caminhões e cavalo mecânico.
- B** Ela será de 0,5% (meio por cento) para aeronaves.
- C** Ela será de 2,5% (dois e meio por cento) para automóveis e veículos utilitários.
- D** Ela será de 2% (dois por cento) para motocicleta e similares.
- E** Ela será de 3,5% (três e meio por cento) para embarcações recreativas ou esportivas, inclusive jet ski.

**Questão 76**

A respeito do ITCMD no Estado de Sergipe, marque a incorreta.

- A** O imposto incide sobre a doação, transmissão hereditária ou testamentária de bem imóvel situado neste Estado e respectivos direitos, bem como sobre bens móveis, títulos, créditos, e direitos a eles relativos.
- B** O ITCMD incide também sobre a instituição de quaisquer direitos reais.
- C** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento da abertura da sucessão legítima ou testamentária, inclusive nas hipóteses de sucessão provisória.
- D** Não sendo possível identificar o momento da ocorrência do fato gerador da doação, o mesmo deve ser considerado como ocorrido no último dia do exercício financeiro da sua verificação.
- E** O ITCMD não incide também sobre a renúncia pura e simples de herança ou legado;

**Questão 77**

São isentos do ITCMD as seguintes transmissões, exceto:

- A** as transmissões “causa mortis” ou por doação de imóveis a colonos em núcleos oficiais ou reconhecidos pelo Governo, conforme disposto na legislação vigente, em atendimento à política de redistribuição de terras.
- B** as transmissões “causa mortis” de imóvel rural de área não superior ao módulo rural, assim caracterizado na forma da legislação pertinente, desde que feitas a quem seja trabalhador rural e que não seja proprietário ou possuidor de imóvel.
- C** as doações de imóvel rural com área que não ultrapasse o limite estabelecido no inciso anterior, desde que o donatário seja trabalhador rural e que não seja proprietário ou possuidor de imóvel.
- D** as transmissões “causa mortis” e as doações de quaisquer bens ou direitos para a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.
- E** as doações realizadas pela União, Estados e Municípios em seus programas de regularização fundiária destinados à população de baixa renda.

**Questão 78**

A respeito da Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD, conforme disciplinado na Lei n. 8.638, de 27 de dezembro de 2019, marque a incorreta.

- A** A Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD, tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a prestação, efetiva ou potencial, dos serviços públicos específicos e divisíveis previstos no Anexo Único da Lei.
- B** Poder de Polícia é a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando o direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse concernente à segurança, à proteção ao meio ambiente, à conservação da memória artística e cultural, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.
- C** O pagamento da TFSD fora do prazo regularmente estabelecido fica sujeito à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês, ou fração de mês, calculado sobre o valor atualizado, até o limite de 24% (vinte quatro por cento).
- D** A TFSD não incide sobre a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, em atenção ao disposto no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal.

- E** O reconhecimento e a concessão da isenção devem ser requeridos junto ao órgão ou entidade competente para a realização do ato ou prestação do serviço.

**Questão 79**

Segundo a Lei n. 4.731/2002, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, são produtos que poderão sofrer a incidência de 2 pontos percentuais, cuja arrecadação resultante dessa adição fica inteiramente vinculada ao mencionado Fundo, os seguintes, exceto:

- A** bebidas alcoólicas, cervejas e chopes.
- B** embarcações de esporte e recreio, esquis aquáticos e jet skis.
- C** armas e munições.
- D** joias de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos.
- E** perfumes.

**Questão 80**

Segundo a Lei n. 8.180/2016, que instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado de Sergipe – FEEF, os recursos auferidos pelo FEEF serão destinados:

- A** ao equilíbrio fiscal do Tesouro do Estado.
- B** ao pagamento dos servidores do Estado.
- C** ao pagamento de benefícios previdenciários.
- D** ao fortalecimento das entidades da administração indireta.
- E** ao aperfeiçoamento dos servidores públicos.

**Auditoria Fiscal**

Andrey Soares

**Questão 81**

João Ferreira, auditor fiscal de Sergipe, foi designado para uma auditoria em desfavor da Criativa Indústrias e Comércio de Calçados Ltda, sobre a qual se recaíam suspeitas de omissão no registro de receita de vendas de mercadorias em determinado período. Em relação ao assunto, assinale aquela alternativa cuja situação hipotética descreve um fato indicativo dessa possível fraude e seus efeitos.

- Ⓐ Registro fictício de um veículo no ativo imobilizado, que provocou a subavaliação da conta.
- Ⓑ Uma operação oculta de um empréstimo contratado pela auditada, que provocou a subavaliação da conta.
- Ⓒ Saldo devedor na conta Caixa.
- Ⓓ Depreciação acumulada retificando o saldo de ativos imobilizados.
- Ⓔ Amortização acumulada retificando o saldo de ativos intangíveis.

**Questão 82**

A auditoria sobre contas do Passivo requer do auditor perspicácia e ceticismo, comportamentos capazes de levá-lo a descobrir fraudes com impacto na situação líquida da entidade auditada. Nesse contexto, o passivo oculto deve ser compreendido como:

- Ⓐ uma obrigação presente, uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos.
- Ⓑ um passivo de prazo ou de valor incertos.
- Ⓒ uma obrigação que, apesar de atender aos critérios de definição de passivo, não fora reconhecido como tal pela entidade em sua contabilidade.
- Ⓓ uma obrigação possível que resulta de eventos passados.
- Ⓔ uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida.

**Questão 83**

Durante procedimento de fiscalização, Tainara Rodrigues, auditora fiscal de Sergipe, desenvolveu algumas técnicas capazes de identificar fraudes nas escritas contábeis e fiscais de determinado grupo de contribuintes. Na primeira etapa, Tainara comparou dados de empresas do mesmo ramo de atividade (postos de combustíveis), observando tendências, anomalias e inconsistências entre o que fora declarado na EFD-ICMS/IPI e o que fora documentado em notas fiscais eletrônicas. Num outro momento, Tainara encaminhou a distribuidoras de combustíveis diversas solicitações de informações sobre operações, fornecedoras de combustíveis aos postos. Isso para que fosse possível identificar as possíveis fraudes e os contribuintes envolvidos. Para tais trabalhos, Tainara se utilizou, respectivamente, dos procedimentos de:

- Ⓐ observação e confirmação externa.
- Ⓑ recálculo e observação.
- Ⓒ inspeção e procedimentos analíticos.
- Ⓓ recálculo e inspeção.
- Ⓔ procedimentos analíticos e confirmação externa.

**Questão 84**

O cotejamento entre dados dos registros da nota fiscal eletrônica (NF-e) e os da Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI) permitem aos auditores fiscais a possibilidade de identificar, de maneira eficaz, divergências fiscais com repercussão na apuração e no recolhimento de tributos. Nesse sentido, caso o auditor pretenda avaliar dados relativos à apuração do ICMS e do IPI, deverá se concentrar, em relação à EFD-ICMS/IPI, no seguinte bloco:

- Ⓐ bloco C.
- Ⓑ bloco D.
- Ⓒ bloco 0.
- Ⓓ bloco E.
- Ⓔ bloco G.

**Questão 85**

A Nota Fiscal Eletrônica foi um dos primeiros módulos desenvolvidos dentro do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Para fixação de sua obrigatoriedade para os contribuintes do ICMS, as unidades federadas poderão se utilizar de alguns critérios, entre os quais:

- Ⓐ a atividade econômica exercida pelo contribuinte.
- Ⓑ a existência ou não de filial do contribuinte localizada fora da unidade federada.
- Ⓒ a isenção ou imunidade de que goza o contribuinte.
- Ⓓ a complexidade da operação.
- Ⓔ o porte do contribuinte.

**Questão 86**

Determinado auditor independente deu início aos trabalhos de auditoria na empresa Bahia do Forte Ltda. Já na fase de execução, obteve evidências que, numa primeira análise, indicavam a ausência de distorções no conjunto de contas patrimoniais. Ao adicionar novos procedimentos, e por meio de entrevistas com pessoas com conhecimento financeiro dentro da entidade e fora da entidade, constatou a presença de outras evidências que contradiziam as primeiras coletadas. A situação descreve, respectivamente,

- Ⓐ uma postura ética do auditor e a aplicação do procedimento de confirmação externa.
- Ⓑ a constante busca por evidências de auditoria e a aplicação de testes de observância.
- Ⓒ um exemplo de exercício do ceticismo profissional exigido do auditor, e a aplicação do procedimento de indagação.
- Ⓓ exercício do julgamento profissional do auditor e a aplicação do procedimento de observação.
- Ⓔ a emissão da opinião do auditor e a aplicação do seu ceticismo profissional.

**Questão 87**

O auditor, ao final dos trabalhos, pode emitir uma opinião não modificada quando, diante da constatação de distorções relevantes, deveria ser modificada. Nesse contexto, o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade é denominado:

- Ⓐ risco de auditoria.
- Ⓑ risco de negócio.
- Ⓒ risco inerente.
- Ⓓ risco de detecção.
- Ⓔ risco de controle.

**Questão 88**

Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual, os trabalhos de asseguuração podem se dividir em, basicamente, dois tipos: asseguuração razoável e asseguuração limitada. Sobre o assunto, é correto afirmar que:

- Ⓐ no trabalho de asseguuração razoável, o auditor reduz o risco do trabalho a um nível aceitável nas circunstâncias de trabalho, sendo ele ligeiramente menor do que para um trabalho de asseguuração limitada.
- Ⓑ no trabalho de asseguuração limitada, o auditor reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguuração razoável.
- Ⓒ no trabalho de asseguuração limitada, a conclusão do auditor deve ser expressa de forma que transmita a sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- Ⓓ no trabalho de asseguuração razoável, a conclusão deve transmitir, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, se algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida.
- Ⓔ a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguuração razoável são restritos (menos extensos), quando comparados com os que são necessários no trabalho de asseguuração limitada.

**Questão 89**

O planejamento da auditoria é uma etapa fundamental para o alcance dos objetivos perquiridos pelo auditor. O planejamento deve ser capaz de dizer o que, como, onde, quando e por quem deve ser feito algo para que o resultado desejado seja alcançado. Entre os benefícios listados abaixo, apenas um não pode ser associado ao planejamento da auditoria. Assinale-o.

- Ⓐ Proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.
- Ⓑ Auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria.
- Ⓒ Auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas.
- Ⓓ Facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.
- Ⓔ Auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente.

**Questão 90**

O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. Em relação às evidências de auditoria, marque a alternativa incorreta.

- Ⓐ A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor.
- Ⓑ A evidência de auditoria tem natureza cumulativa.
- Ⓒ A evidência de auditoria pode incluir informações obtidas de outras fontes, como auditorias anteriores.
- Ⓓ A ausência de informações não pode ser considerada uma evidência de auditoria, já que esta deve se revelar em documentos e dados auditáveis.
- Ⓔ A evidência de auditoria abrange informações que suportam e corroboram as afirmações da administração e qualquer informação que contradiga tais afirmações.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

## Direito Processual Tributário

Maria Christina

## Questão 91

O Município Delta publicou uma portaria em 19/10/2025, aumentando a alíquota do ITBI de 2% para 5%. Durante uma reunião com os empresários da região, houve uma expressiva manifestação de indignação em relação à decisão. Nesse contexto, a empresa Dia a Dia efetuou o pagamento tomando por base a alíquota de 2%. Assim, acabou sendo autuada pela diferença da alíquota do imposto. Indignada, a empresa se recusou a tomar qualquer providência, tendo em vista a ilegalidade do ato. Com a autuação, necessita de uma ação que não acarrete condenação em honorários de sucumbência. Diante do caso, assinale a opção que indica corretamente essa ação.

- Ⓐ Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica.
- Ⓑ Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- Ⓒ Mandado de Segurança Preventivo Coletivo.
- Ⓓ Mandado de Segurança Repressivo.
- Ⓔ Ação de Repetição de Indébito.

## Questão 92

A União editou decreto na data de 08/03/2024 atualizando a base de cálculo do Imposto Seletivo com cobrança imediata. Em reunião de empresários da região, percebeu-se que tal ato havia sido muito acima de inflação prevista para o ano de 2024. Nesse momento, a Empresa ADD se recusou a tomar qualquer providência, tendo em vista a ilegalidade do ato. Ela então foi autuada há 6 meses pelo não pagamento do tributo. Diante do caso, assinale a opção que indica corretamente a ação aplicável.

- Ⓐ Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica.
- Ⓑ Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- Ⓒ Mandado de Segurança Preventivo Coletivo.
- Ⓓ Mandado de Segurança Repressivo.
- Ⓔ Ação de Repetição de Indébito.

## Questão 93

A Entidade de Educação “Saber Mais” foi autuada pelo fisco federal por não recolhimento de imposto de renda de pessoa jurídica. Em processo administrativo, alegou e comprovou a reversão de todo dinheiro arrecado na finalidade de sua instituição durante todos os últimos 5 anos, mas mesmo assim não logrou êxito. Assim, acabou sendo inscrita em dívida ativa com posterior ajuizamento de execução fiscal. Ao ser citada, nomeou bens à penhora há 10 dias. Diante do caso, assinale a opção que indica corretamente a ação cabível.

- Ⓐ Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- Ⓑ Mandado de Segurança Repressivo.
- Ⓒ Ação de Repetição de Indébito.
- Ⓓ Embargos à Execução Fiscal.
- Ⓔ Exceção de Pré-Executividade.

## Questão 94

Determinado estado-membro da federação editou lei em 2020 para conceder isenção de ICMS por oito anos para determinado setor automobilístico de sua região após celebração de convênio. Ocorre que, passados 4 anos, o benefício foi revogado e a Empresa Delta passou a efetuar todos os pagamentos. Em 2025, a empresa, em consultoria, percebeu a ilegalidade dos pagamentos efetuados e lhe solicitou que desse baixa na empresa e ingressasse com uma ação para solicitar a restituição dos valores pagos indevidamente. Diante do caso, assinale a opção que indica corretamente a ação cabível.

- Ⓐ Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- Ⓑ Mandado de Segurança Repressivo.
- Ⓒ Ação de Repetição de Indébito.
- Ⓓ Embargos à Execução Fiscal
- Ⓔ Exceção de Pré-Executividade.

**Questão 95**

A União editou a Lei n. 1234 de 2025 majorando a alíquota do ITR de 1% para 2% com vigência a partir de 01/01/26. João, proprietário de área rural, foi notificado do lançamento do tributo em fevereiro de 2032 com alíquota majorada de 2% em relação ao exercício fiscal de 2026. Como não efetuou o pagamento da diferença, acabou sendo inscrito em dívida ativa com posterior ajuizamento de execução fiscal em 20/12/2027. Ao ser citado, e vendo que não possui condições de garantir o juízo, procurou você para redigir uma defesa nos próprios autos da execução fiscal. Diante do caso, assinale a opção que indica corretamente a ação cabível.

- Ⓐ Ação Anulatória de Débito Fiscal.
- Ⓑ Mandado de Segurança Repressivo.
- Ⓒ Ação de Repetição de Indébito.
- Ⓓ Embargos à Execução Fiscal
- Ⓔ Exceção de Pré-Executividade.

**Direito Processual Civil**

Renato Grilo

**Questão 96**

De acordo com o CPC, como regra, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Entretanto, há exceções previstas no próprio código. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que não representa uma dessas exceções.

- Ⓐ Tutela provisória de urgência.
- Ⓑ Tutela de evidência, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- Ⓒ Tutela de evidência, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- Ⓓ Quando, no contexto da ação monitória, sendo evidente o direito do autor, o juiz deferir a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.
- Ⓔ Tutela de evidência, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

**Questão 97**

De acordo com o CPC, assinale a alternativa incorreta.

- Ⓐ O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- Ⓑ As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- Ⓒ Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- Ⓓ É permitida a arbitragem, na forma da lei.
- Ⓔ O Estado manterá equidistância da promoção de solução consensual dos conflitos, por força do princípio do dispositivo e da imparcialidade do juiz.

**Questão 98**

De acordo com o CPC, os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não constitui uma exceção a essa regra.

- Ⓐ O julgamento de embargos de divergência pela Seção de Direito Público do STJ.
- Ⓑ As sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido.
- Ⓒ O julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos.
- Ⓓ O julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- Ⓔ O julgamento de agravo interno.

**Questão 99**

De acordo com o CPC, sobre o tema da jurisdição e da ação, assinale a alternativa incorreta.

- Ⓐ A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições desse Código.
- Ⓑ Para postular em juízo, é necessário ter interesse e legitimidade.
- Ⓒ Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- Ⓓ O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- Ⓔ Não será admissível a ação meramente declaratória quando tenha ocorrido a violação do direito.

**Questão 100**

De acordo com o CPC, compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações:

- A em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- B em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- C em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- D de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- E sempre que a lei expressamente determinar, sendo vedado que as partes, expressa ou tacitamente, decidam se submeter à jurisdição nacional.

**Legislação Tributária Estadual**

Eduardo Galante

**Questão 101**

Em relação à Lei Estadual n. 3.796/1996 – SE, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá providências correlatas, assinale a alternativa correta.

- A A incidência do imposto sobre energia elétrica alcança as etapas de transmissão, distribuição e comercialização, sendo isentas as etapas de conexão e de conversão.
- B Quando o reconhecimento do benefício do imposto depender de condição, e não sendo esta satisfeita, o imposto será considerado devido no momento que antecede a sua operação ou prestação.
- C A concessão de qualquer benefício dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações principais, mas não descarta o cumprimento de outras acessórias.
- D Ocorrerá a isenção quando a incidência do imposto ficar condicionada a eventos futuros, cabendo ao Decreto Regulador indicar esses eventos.
- E Para os efeitos dessa Lei, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoa física ou jurídica exerça suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

**Questão 102**

Conforme previsto na Lei Estadual n. 3.796/1996 – SE, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá providências correlatas, indique a alternativa correta.

- A Integra a base de cálculo do ICMS o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação for realizada entre contribuintes e envolver produto destinado à industrialização ou a comercialização, caso em que configurará fato gerador de ambos os impostos.
- B Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do emitente.
- C O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional por taxa equivalente àquela utilizada no cálculo do imposto de Operações Financeiras, ou a que seria utilizada para tanto, com acréscimo sofrido em caso de sofrer variações, porém sem devolução posterior se a variação da taxa de câmbio ocorrer até o pagamento efetivo do preço.
- D Nas prestações de serviço sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor nominal do serviço prestado acrescido dos custos operacionais.
- E Quando o cálculo do tributo tiver por base, ou tomar em consideração o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que forem omissos ou não merecerem fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

**Questão 103**

No que se refere à Lei Estadual n. 7.651/2013 – SE, que dispõe sobre o Processo Administrativo Fiscal – PAF, estabelece diretrizes sobre a dívida ativa estadual, bem como disciplina a consulta à legislação estadual tributária, e dá outras providências, marque a alternativa correta.

- Ⓐ Entende-se por Processo Administrativo Fiscal – PAF o conjunto de atos que decorrem da relação jurídica estabelecida entre a Fazenda Pública Estadual e o sujeito passivo, para apuração de créditos de natureza tributária e não tributária, e para aplicação das respectivas penalidades.
- Ⓑ O Processo Administrativo Fiscal – PAF deve ter como peça inicial a Notificação Provisória da Infração e deve ser considerado instaurado com a ciência deste pelo autuado ou seu representante legalmente constituído e a certidão do Agente Autuador.
- Ⓒ O Auto de Infração não simplificado cujo montante atualizado represente até 200 (duzentas) vezes o valor da UFP/SE será submetido a julgamento em primeira e única instância e encaminhado para inscrição na Dívida Ativa do Estado, caso a decisão seja contrária ao contribuinte e não haja pagamento ou saneamento da dívida.
- Ⓓ A assinatura do Auto de Infração pelo autuado ou seu representante legalmente constituído implicará em confissão irretratável da dívida e sua recusa em assiná-lo acarretará a nulidade do respectivo auto e resultará no agravamento da penalidade nos casos previstos.
- Ⓔ Os processos no Contencioso Administrativo Fiscal são onerosos e dependerão de garantia legais nos casos previstos nesta lei.

**Questão 104**

No que concerne à Lei Estadual n. 7.651/2013 – SE, que dispõe sobre o Processo Administrativo Fiscal – PAF, estabelece diretrizes sobre a dívida ativa estadual, bem como disciplina a consulta à legislação estadual tributária, e dá outras providências, aponte a alternativa correta.

- Ⓐ Não deve ser exigida multa fiscal sem a lavratura do Auto de Infração, nem deve ser este lavrado com a respectiva multa e obrigações acessórias.
- Ⓑ São partes no Processo Administrativo Fiscal – PAF a Fazenda Pública Estadual, a Procuradoria da Fazenda e o sujeito passivo da obrigação tributária ou não tributária.
- Ⓒ A manifestação do sujeito passivo no PAF deve ser feita pelo autuado ou por seu representante legalmente constituído, e da Fazenda Pública, por qualquer servidor do Fisco Estadual autuante ou um servidor do fisco substituto.
- Ⓓ Havendo solidariedade passiva, a defesa ou recurso interposto por um autuado não aproveitará aos outros, salvo nos casos previstos em lei.
- Ⓔ Os atos e termos processuais dependem de forma determinada nesta norma, salvo quando a legislação tributária dispensar tal formalidade, considerando-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcancem sua finalidade, não sendo permitidos espaços em branco, entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

**Questão 105**

Acerca da Lei Estadual n. 3.140/1991 – SE, que institui o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, cria o Fundo de Apoio à Industrialização – FAI, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, tem ainda por objetivo contribuir para recuperação de empresas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado de Sergipe e para outras consideradas essenciais para o equilíbrio econômico fiscal do governo.
- Ⓑ O recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS ocorrerá quando completados 60 (sessenta) meses de sua aquisição, ou antes disso, se houver a desincorporação ou depreciação do referido bem.
- Ⓒ Os empreendimentos de pecuária aquícola não gozarão dos mesmos benefícios das empresas agroindustriais, devendo ser aplicada a legislação específica prevista para o setor.
- Ⓓ Os benefícios fiscais previstos nesta Lei não se aplicam concomitantemente às empresas que estejam enquadradas em regime simplificado de apuração do ICMS.
- Ⓔ Nos casos previstos na Legislação do ICMS, as empresas enquadradas no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI terão direito à redução da carga tributária quando da aquisição de bens importados do exterior, devendo recolher 3,2% (três vírgula dois por cento) ou 5% (cinco por cento), conforme o caso, de acordo com a legislação pertinente.

**Questão 106**

Quanto à Lei Estadual n. 8.180/2016 – SE, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado de Sergipe – FEEF, indique a alternativa correta.

- Ⓐ Ficam dispensados do pagamento do encargo de que trata essa Lei os contribuintes que, no mês de referência da apuração do ICMS, apresentem incremento na arrecadação, no mínimo, 100 (cem) vezes o valor equivalente ao montante que seria devido ao FEEF.
- Ⓑ Em caso de extinção do FEEF, o saldo porventura existente será revertido à Secretaria da Fazenda do Estado.
- Ⓒ Os recursos auferidos pelo FEEF serão destinados ao pagamento das despesas correntes do Estado.
- Ⓓ A ocorrência do não pagamento de encargo correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do benefício fiscal concedido, conforme dispuser ato do Poder Executivo Estadual, por 06 (seis) meses, consecutivos ou não, implicará imposição ao contribuinte beneficiário da perda definitiva do respectivo incentivo ou benefício.

- Ⓔ Constituem receitas do FEEF: encargo correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) do valor do benefício fiscal concedido, conforme dispuser ato do Poder Executivo Estadual; dotações orçamentárias; rendimentos de aplicações financeiras de recursos do FEEF, realizadas na forma da lei; e outras receitas que lhe venham a ser legalmente destinadas.

**Questão 107**

Sobre a Lei Estadual n. 7.655/2013 – SE, que estabelece nova disciplina para o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, no âmbito do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas, aponte a alternativa correta.

- Ⓐ O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, devido anualmente, tem como fato gerador a propriedade ou a cessão ao possuidor de veículo automotor.
- Ⓑ O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA será devido no local onde o veículo foi adquirido pelo proprietário.
- Ⓒ Presume-se domiciliado no Estado de Sergipe o proprietário cujo veículo estiver registrado no órgão competente desse Estado.
- Ⓓ Não será levado em consideração para efeito da base de cálculo do IPVA o estado de conservação do veículo, salvo nos casos previstos em lei.
- Ⓔ Para ônibus, microônibus, caminhões e cavalo mecânico que utilizem como combustível Gás Natural Veicular (GNV) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), a alíquota será de 1,2% (um vírgula dois décimos por cento).

**Questão 108**

Com relação à Lei Estadual n. 7.724/2013 – SE, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, e dá outras providências, marque a alternativa correta.

- Ⓐ O ITCMD incide sobre a transmissão de qualquer bem ou direito havido por sucessão legítima ou testamentária, inclusive a sucessão provisória e doação a qualquer título, ainda que em adiantamento de legítima.
- Ⓑ O ITCMD não incide sobre a instituição de direitos reais, salvo nos casos de garantia previstos.
- Ⓒ Na hipótese de doação de bens e direitos com reserva de usufruto em nome do doador, o imposto deve incidir sobre a doação e sobre a transmissão da totalidade dos bens.
- Ⓓ Nas transmissões *causa mortis* e nas doações, ocorre um conjunto de fatos geradores quando forem comuns os herdeiros, legatários ou donatários.
- Ⓔ A base de cálculo do ITCMD é o valor nominal do bem ou direito transmitido, expresso em valor pecuniário nacional.

**Questão 109**

Em relação à Lei Estadual n. 8.638/2019 – SE, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD, e dá outras providências, indique a alternativa correta.

- Ⓐ A Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a prestação, efetiva ou potencial, dos serviços públicos específicos e divisíveis previstos no Anexo Único dessa Lei.
- Ⓑ A base de cálculo da Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD é o valor do exercício regular do poder de polícia, da execução efetiva dos serviços pelo Estado ou da prestação, efetiva ou potencial, de serviços públicos únicos, específicos e divisíveis, conforme especificado no Anexo Único dessa Lei.
- Ⓒ O pagamento das taxas previstas nessa Lei é de responsabilidade do sujeito passivo ou responsável tributário, nos prazos definidos pelo órgão ou entidade competente para sua cobrança e na forma estabelecida por legislação específica.
- Ⓓ A Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD deve ser paga após a ocorrência dos atos e fatos sobre os quais ela incidir.
- Ⓔ O pagamento da TFSD fora do prazo regularmente estabelecido fica sujeito à multa de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração de mês, calculado sobre o valor atualizado, até o limite de 12% (doze por cento).

**Questão 110**

Relativamente à Lei Estadual n. 8.638/2019 – SE, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos – TFSD, e dá outras providências, indique a alternativa correta.

- Ⓐ São obrigados a exibir os documentos relacionados com o tributo, a prestar informações solicitadas pelo fisco e a não embargar a ação fiscalizadora todos os que participarem ou tiverem informações sobre os atos sujeitos ao tributo, salvo quanto ao conhecimento das etapas de sua exigência, cobrança e execução.
- Ⓑ Enquanto não extinto o direito de constituir o crédito tributário, o lançamento pode ser revisto de ofício pela autoridade fiscal, quando verificado erro ou fato não conhecido ou não provado.
- Ⓒ Compete à Secretaria de Economia o controle do sistema de arrecadação das taxas.
- Ⓓ A receita da TFSD não pode ser vinculada a programas, ações, órgãos, entidades e Fundos relacionados às atividades e serviços previstos no Anexo Único da presente Lei, salvo nos casos em que haja a devida previsão legal nesse sentido.
- Ⓔ O crédito tributário, inclusive o decorrente de multa, não pago no prazo regularmente estabelecido, deve ser atualizado monetariamente, se for o caso, e acrescido de 2% (dois por cento) de juros ao mês ou fração de mês.

**Direito Tributário II – Reforma Tributária**

Wilson Cortez e Maria Christina

**Questão 111**

Sobre os princípios que devem orientar o Sistema Tributário Nacional, conforme a Emenda Constitucional n. 132/2023, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O Sistema Tributário Nacional passa a observar exclusivamente o princípio da capacidade contributiva como única diretriz obrigatória.
- Ⓑ A simplicidade, a transparência, a justiça tributária, a cooperação e a defesa do meio ambiente são princípios que devem ser observados pelo Sistema Tributário Nacional.
- Ⓒ A justiça tributária, como princípio constitucional expresso, impede qualquer forma de tributação indireta.
- Ⓓ A inclusão do princípio da simplicidade visa exclusivamente à redução da carga tributária nacional.
- Ⓔ O princípio da defesa do meio ambiente limita-se às hipóteses de tributação extrafiscal.

**Questão 112**

Conforme a EC n. 132/2023, as alterações na legislação tributária deverão:

- Ⓐ respeitar exclusivamente o princípio da segurança jurídica, sendo vedada qualquer alteração que modifique as bases de cálculo dos tributos.
- Ⓑ buscar atenuar os efeitos regressivos, promovendo maior justiça social na tributação.
- Ⓒ priorizar o aumento da arrecadação, ainda que implique maior regressividade tributária.
- Ⓓ eliminar integralmente todos os tributos indiretos, considerados instrumentos regressivos de arrecadação.
- Ⓔ garantir que todas as alterações tributárias sejam precedidas de aprovação por referendo popular.

**Questão 113**

Sobre o Regime Único de Arrecadação, instituído pela EC n. 132/2023, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O recolhimento dos tributos será unificado e centralizado, com distribuição imediata aos entes federados, sendo vedada qualquer forma de retenção ou condicionamento.
- Ⓑ O Regime Único é de adesão obrigatória para todos os contribuintes que exerçam atividade econômica sujeita ao IBS e à CBS.
- Ⓒ É vedado que os Estados estabeleçam condições diferenciadas para o enquadramento no Regime Único.
- Ⓓ A arrecadação, fiscalização e cobrança são competências exclusivas da União, não podendo ser compartilhadas pelos demais entes federativos.
- Ⓔ O cadastro nacional único de contribuintes será administrado exclusivamente pelos municípios.

**Questão 114**

Em relação à apuração e recolhimento dos tributos no contexto do Regime Único, conforme a EC n. 132/2023, assinale a alternativa incorreta.

- Ⓐ É facultado ao optante pelo Regime Único apurar e recolher o IBS e a CBS fora desse regime, desde que o faça nos termos estabelecidos nos arts. 156-A e 195, V.
- Ⓑ Caso opte pela apuração e recolhimento fora do Regime Único, as respectivas parcelas não serão cobradas pelo regime.
- Ⓒ Na hipótese de recolhimento pelo Regime Único, não será permitida a apropriação de créditos do IBS e da CBS pelo contribuinte optante.
- Ⓓ O adquirente de bem ou serviço de optante pelo Regime Único, caso não seja também optante, não poderá se apropriar de créditos relativos aos tributos.
- Ⓔ O adquirente não optante poderá apropriar-se de créditos do IBS e da CBS, em montante equivalente ao cobrado por meio do Regime Único.

**Questão 115**

Quanto ao compartilhamento das funções administrativas no âmbito do Regime Único de Arrecadação, conforme a EC n. 132/2023, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ A arrecadação, a fiscalização e a cobrança devem ser exercidas exclusivamente pela Receita Federal do Brasil, sendo vedada a participação de estados e municípios.
- Ⓑ O compartilhamento das funções administrativas é permitido, devendo ser adotado um cadastro nacional único de contribuintes.
- Ⓒ O compartilhamento das funções administrativas exige aprovação de lei complementar específica de cada ente federativo.
- Ⓓ O cadastro nacional único de contribuintes será facultativo, podendo cada ente manter cadastro próprio.
- Ⓔ A fiscalização e a cobrança são competências exclusivas dos estados, sendo vedado o compartilhamento com a União.

**Questão 116**

Acerca da Reforma Tributária e do imposto sobre bens e serviços, assinale a opção correta.

- Ⓐ O IBS é um imposto de competência compartilhada entre estados, DF e municípios que será criado por Lei Complementar do próprio Ente Federativo.
- Ⓑ O IBS será informado pelo princípio da essencialidade.
- Ⓒ O IBS incidirá sobre bens materiais e imateriais desde que haja habitualidade em suas operações, bem como sobre direitos e serviços.
- Ⓓ O IBS incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- Ⓔ O IBS não incidirá sobre as exportações e não será assegurado ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.

**Questão 117**

Acerca do IBS e da CBS, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvadas as alíquotas que serão fixadas por lei ordinária do seu ente federativo.
- Ⓑ As alíquotas do IBS serão fixada pelo ente federativo com valores diferenciados entre as operações em decorrência da seletividade sobre todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- Ⓒ O IBS e a CBS serão cumulativos, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço.
- Ⓓ O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município de origem da operação.
- Ⓔ Incidirão IBS e CBS sobre as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

**Questão 118**

Maria fez a doação de um bem imóvel para um programa do Poder Executivo de sua cidade que promove ações de conservação do meio ambiente. Diante dos fatos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Maria terá imunidade de ITCMD nas doações relacionadas ao meio ambiente.
- Ⓑ Maria terá imunidade de ITCMD nas doações relacionadas ao meio ambiente somente quando a legislação estadual expressamente determinar.
- Ⓒ Maria terá imunidade de ITCMD somente nas doações relacionadas ao meio ambiente para instituições de Ensino Superior.
- Ⓓ Maria não terá imunidade de ITCMD.
- Ⓔ Maria não terá direito a imunidade de ITCMD por ausência de previsão legal.

**Questão 119**

Ricardo, residente em São Sebastião (SP), era proprietário de um único veleiro, que estava ancorado em Angra dos Reis (RJ). Ele faleceu no início de 2025, em Curitiba (PR), durante uma visita ao seu filho e único herdeiro, Carlos, que reside nessa mesma cidade. O filho, maior de idade e capaz, realizou o inventário extrajudicial de seu pai perante um tabelião em Curitiba (PR). De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica corretamente o estado em que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incidente sobre essa transmissão *causa mortis* é devido.

- Ⓐ Paraná, por ser o local onde se processou o inventário extrajudicial.
- Ⓑ Paraná, por ser o local de domicílio do único herdeiro.
- Ⓒ São Paulo, por ser o local de domicílio do falecido.
- Ⓓ Rio de Janeiro, por ser o local onde o veleiro estava ancorado.
- Ⓔ Não será devido ITCMD no caso posto.

**Questão 120**

O município de Aracaju publicou lei municipal, em 20/09/2025, instituindo uma contribuição cuja arrecadação estaria vinculada aos sistemas de monitoramento para a segurança pública.

Acerca dessa lei, assinale a afirmativa correta.

- Ⓐ É inconstitucional a tentativa de custear o serviço de monitoramento de segurança pública por espécie tributária distinta de impostos.
- Ⓑ É inconstitucional a tentativa de custear o serviço de monitoramento de segurança pública por espécie tributária distinta de taxa.
- Ⓒ É inconstitucional a tentativa de custear o serviço de monitoramento de segurança pública por qualquer espécie de tributo.
- Ⓓ A contribuição poderia ser instituída e vinculada a tal finalidade, por expressa previsão constitucional.
- Ⓔ A contribuição jamais poderá ser cobrada em conjunto com a fatura de consumo de energia.

**Discursiva**  
Rafael de Oliveira**QUESTÃO DISCURSIVA 1**

Após décadas de debate e sucessivos adiamentos, a reforma tributária finalmente saiu do papel e foi aprovada pela Emenda Constitucional n. 132/2023, introduzindo diversos dispositivos, inclusive no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O novo regramento representou significativa renovação da estrutura do sistema tributário brasileiro, alterando radicalmente a forma de recolhimento dos impostos.

Dentre os principais objetivos da reforma, destacam-se: (a) simplificação da arrecadação; (b) maior eficiência no controle da sonegação e da evasão fiscal; e (c) promoção da justiça fiscal. Em 2025, foi publicada a Lei Complementar n. 214/2025, com vigência progressiva programada para a cobrança dos novos tributos, a partir de janeiro de 2026. Essa lei dispõe sobre a criação e a implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), destinado a coordenar, regular, definir e fiscalizar o Fundo de Desenvolvimento Nacional.

Com base no texto e no conhecimento jurídico-constitucional:

- a) Explique de que forma a EC n. 132/2023 alterou a lógica de funcionamento do sistema tributário brasileiro, destacando seus principais objetivos constitucionais.
  - b) Analise a importância da Lei Complementar n. 214/2025 na regulamentação do IBS e na criação do Comitê Gestor, destacando seus efeitos práticos para a arrecadação e o controle tributário.
  - c) Aponte possíveis desafios jurídicos e federativos decorrentes da implementação progressiva do IBS, considerando a repartição de competências entre União, estados, Distrito Federal e municípios.
-

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Discursiva**  
Rafael de Oliveira**QUESTÃO DISCURSIVA 2**

A Lei n. 3.796, de 26 de dezembro de 1996, do Estado de Sergipe, dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Nos termos do art. 1º da referida lei, o ICMS incide sobre: (i) operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares; e (ii) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.

Com base na legislação aplicável e nos princípios constitucionais tributários, responda:

- a) Explique o conceito de incidência do ICMS e como ele se aplica às operações de circulação de mercadorias, incluindo o fornecimento de alimentação e bebidas.
  - b) Diferencie a incidência do ICMS sobre transporte intermunicipal e interestadual, destacando a competência legislativa e a relevância da circulação interjurisdicional.
  - c) Analise os principais princípios constitucionais que limitam a instituição e a cobrança do ICMS, especialmente no contexto de sua aplicação em âmbito estadual.
-

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SERGIPE**  
**1º SIMULADO**  
**AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - TRIBUTAÇÃO – PÓS-EDITAL**

**FOLHA DE RESPOSTAS**

**Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10**  
**Respostas**

**Item 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20**  
**Respostas**

**Item 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30**  
**Respostas**

**Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40**  
**Respostas**

**Item 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50**  
**Respostas**

**Item 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60**  
**Respostas**

**Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70**  
**Respostas**

**Item 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80**  
**Respostas**

**Item 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90**  
**Respostas**

**Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100**  
**Respostas**

**Item 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110**  
**Respostas**

**Item 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120**  
**Respostas**

# ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora